

PACIFICAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - BRASIL

Luiz Antônio de Souza Pereira

Professor do Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO

Professor da Universidade Castelo Branco – UCB

Doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense – UFF / Brasil

PACificação do Complexo do Alemão em tempos de megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro (Resumo)

No final do século XX a cidade do Rio de Janeiro apresentava um quadro de estagnação econômica e elevadas taxas de criminalidade. Com o objetivo de reverter esse cenário alarmante, é introduzido o planejamento estratégico. O poder público lança a cidade na disputa para sediar megaeventos internacionais. A rara convergência política dos três níveis de governo e o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento possibilitou a captação de grandes recursos para uma grande, profunda e rápida intervenção espacial no Complexo do Alemão – região mais violenta da cidade e uma espécie de Quartel General (QG) e fortaleza da principal facção criminosa, o Comando Vermelho (CV) – inspirado na experiência realizada na cidade colombiana de Medellín. O trabalho analisa o conteúdo de segurança pública presente nessa intervenção urbanística e a sua relação com a cidade (ou, ao menos a imagem que a cidade pretende projetar).

Palavras chave: Megaeventos esportivos, Programa de Aceleração do Crescimento, Complexo do Alemão.

PACification of Complexo do Alemão slum while sports mega events are being planed in Rio de Janeiro city (Abstract)

In the end of 20th century, the Rio de Janeiro city was in an economic stagnation period and used to present high crime rates. In order to reverse this picture, the Strategic City Planning was made. In the same time, the public power launched Rio de Janeiro as a candidate to be the host of world's mega events, as such as, Olympic Games and World Soccer Cup. The pretty rare political convergence of three levels of government and the Acceleration GDP Rate Program – PAC (portuguese initials) beginning, made the gender of big amounts of resource possible. These resources allowed a huge, fast and deep public intervention in the Complexo do Alemão slum – the most violent part of the city and a type of “Comando Vermelho” (CV), the biggest

organized crime group of the City, general headquarter – inspired in Medellín (CO). This paper analysis the public security content in that urbanism interventions and their relationship with the city and, at least, with the image that the city intends to show.

Keywords: Sports mega events, Acceleration GDP Rate Program – PAC (portuguese initials), Complexo do Alemão slum.

Nas últimas décadas do século XX a cidade do Rio de Janeiro apresentava um quadro de estagnação econômica e crise social. A transferência da capital do país para Brasília (1960) e a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975) representaram para a cidade do Rio de Janeiro perdas políticas, econômicas e sociais¹. Nos anos 1980, o problema se agrava com o crescimento das taxas de criminalidade e da sensação de medo na e da cidade, sobretudo, em função do avanço do tráfico de drogas.

Dentro desse quadro alarmante, César Maia torna-se prefeito em 1993 e introduz a cidade na lógica do empreendedorismo urbano², seguindo o modelo Barcelona³. O objetivo era criar uma imagem da cidade que a possibilitasse competir internacionalmente e atrair investimentos para a cidade e, assim, reverter o quadro de crises.

Com esse intuito contratou especialistas catalães para auxiliarem a cidade na construção do seu primeiro plano estratégico. Desde então a cidade lança-se na disputa para sediar megaeventos internacionais, com destaque para os esportivos. Invocando, inclusive, a presença de aspectos naturais propícios para as práticas esportivas. Como se fosse uma vocação natural da cidade, apesar do baixo investimento público no esporte.

Após ser eliminada na primeira fase do processo de seleção da cidade sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2004 e 2012, a cidade obtém o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, posteriormente, os Jogos Olímpicos de 2016. Entre um evento e outro, ainda será o palco da decisão da Copa do Mundo de Futebol Masculino 2014.

Da primeira candidatura aos Jogos Olímpicos (2004) para a última (2016) houve uma mudança substancial no projeto apresentado ao Comitê Olímpico Internacional (COI). O projeto de 2004 contou com a colaboração de especialistas catalães e apresentava um legado para a cidade, em especial, para a população mais carente por áreas de lazer, ao projetar na Ilha do Fundão uma parte relevante dos equipamentos esportivos e a vila olímpica. Enquanto o projeto vencedor de 2016 mantém e aprofunda a lógica e os interesses presentes no projeto dos Jogos Pan-Americanos de 2007⁴.

Os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016 concentram a infraestrutura, os equipamentos esportivos e a vila olímpica na fronteira de expansão da zona sul, na Barra da Tijuca e entorno. Mais uma vez, priorizam-se grandes investimentos públicos para atender aos interesses do capital financeiro e imobiliário.

¹ Lessa, 2001.

² Harvey, 2006.

³ Capel, 2007.

⁴ Mascarenhas; Bienestein; Sánchez, 2011.

Posteriormente a escolha da cidade para sediar as Olimpíadas, a região portuária foi introduzida no projeto através do “Porto Maravilha” seguindo os mesmos objetivos.

A lógica presente no Pan – 2007 torna-se ainda mais intensa, do ponto de vista da produção do espaço e do autoritarismo presente na tomada das decisões, na preparação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 dentro de uma lógica mercadológica (em andamento). Em que se pese as convergências nos três níveis de poder (federal – Lula/Dilma, estadual – Cabral e municipal – Paes) e o volume de investimentos públicos previstos serem muito superiores.

E o direito à cidade? Entendido como o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais, etc” de acordo com Lefebvre (2001, p. 143). Em tempos de megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro acentua-se o valor de troca em detrimento do valor de uso, reduzindo as possibilidades do direito à cidade, sobretudo, dos pobres urbanos.

Em função dos megaeventos esportivos, muitas favelas (e sua população) são e serão diretamente impactadas. Existe o risco de remoção (como ocorreu nos Jogos Pan-Americanos 2007) – em áreas de interesse do capital imobiliário – em nome do suposto legado dos jogos para cidade.

Para a realização dos megaeventos esportivos é necessário reduzir as elevadas taxas de criminalidade e a sensação de medo na cidade, mesmo que temporariamente (leia-se: até o término dos jogos). Com esse objetivo foi introduzida, em 2008, a atual política de segurança pública de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas localizadas em pontos e áreas estratégicas da cidade – algumas vezes acompanhadas ou precedidas de intervenções urbanísticas e/ou sociais.

A UPP tem como objetivo retomar e ocupar permanentemente territórios dominados pelo tráfico de drogas. Até o final de março de 2014 foram implantadas 37 UPPs com um efetivo de 9.293 policiais. Abrangem 9.446.047 m² em 257 territórios, beneficiando 1,5 milhão de pessoas⁵. O objetivo é atingir 40 UPPs até o término de 2014.

No presente artigo analisamos a intervenção do poder público, que contou com a utilização dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no conjunto de favelas que formam o Complexo do Alemão – região mais violenta da cidade e uma espécie de Quartel General (QG) e fortaleza da principal facção criminosa, o Comando Vermelho (CV) – inspirado na experiência realizada na cidade colombiana de Medellín. O trabalho analisa o conteúdo de segurança pública presente nessa intervenção urbanística e a sua relação com a cidade (ou, ao menos a imagem que a cidade pretende projetar).

O Complexo do Alemão

Na área que atualmente compreende o Complexo do Alemão foi praticada agricultura até as primeiras décadas do século XX. Nos séculos XVIII e XIX possuía importantes

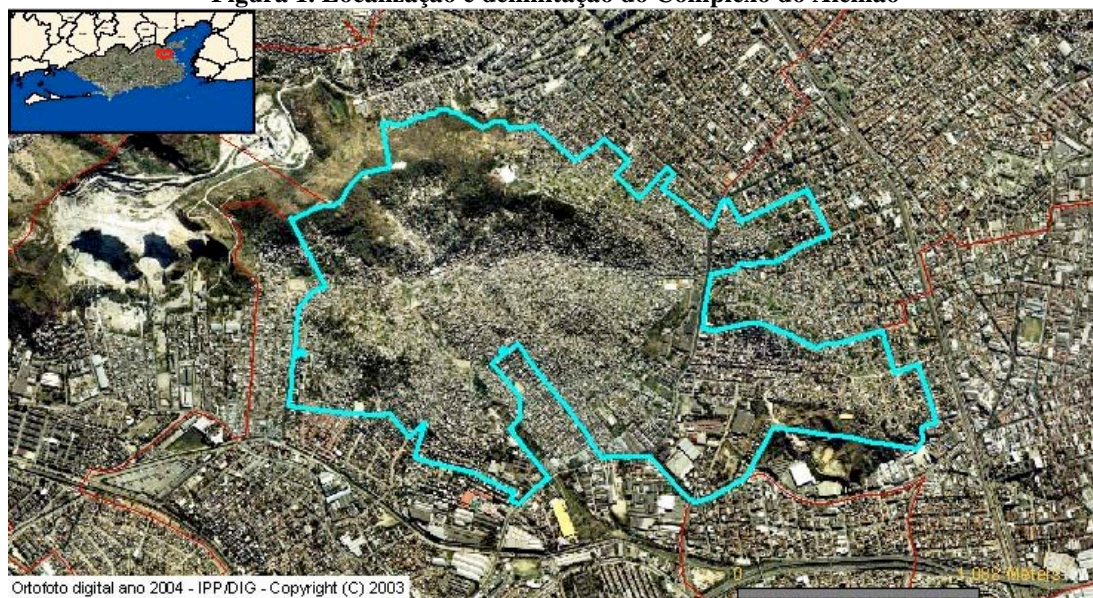
⁵ UPP, 2014.

portos na proximidade. Com a implantação do sistema ferroviário no final do século XIX, a crise habitacional na cidade e a Reforma Passos (1902 – 1906), a região do Leopoldina iniciou uma transformação no uso e ocupação do solo com o loteamento de fazendas e a construção de moradias e comércio, sobretudo, ao longo das linhas de trem.

A criação do zoneamento industrial da cidade e a construção da Avenida Brasil (1946) trouxeram importantes indústrias para a região do Leopoldina e aceleraram a ocupação e o crescimento populacional no local. Surgem às primeiras favelas do complexo e, ao longo das décadas seguintes, expande-se e consolida-se o processo de favelização.

A partir dos anos 1980 a população do Complexo do Alemão vivencia um quadro de perdas de emprego e renda devido a falência e transferência de importantes indústrias instaladas na região da Leopoldina, o coração industrial da cidade até então. Soma-se o abandono e descaso do poder público no que tange a infraestrutura e os serviços prestados e o crescimento da violência associado às ações do tráfico de drogas. Essa convergência de fatores negativos transformou a Região Administrativa (RA) e o bairro do Complexo do Alemão no pior lugar para se viver na cidade do Rio de Janeiro no final do século XX e no início do século XXI.

Figura 1. Localização e delimitação do Complexo do Alemão



Ortofotograma digital ano 2004 - IPP/DIG - Copyright (C) 2003

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.

O Complexo do Alemão ocupa uma área de 296, 09 ha e é composto, predominantemente, por espaços não formais (favelas) e um pequeno espaço formal. O número de favelas e de moradores varia de acordo com a fonte de pesquisa. No Censo Domiciliar (2010) realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre julho de 2008 e junho de 2009 para o levantamento de informações para o PAC foram quantificadas 12 favelas: Adeus, Alemão, Baiana, Casinhas, Esperança, Fazendinha, Joaquim de Queiroz (Grotta), Itararé/Alvorada, Mineiros/Matinha, Nova Brasília, Palmeiras e Reservatório de Ramos.

Segundo o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Complexo do Alemão vivem 69.143 pessoas em 21.048 domicílios ocupados, com uma média de 3,29 moradores por domicílio.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em janeiro de 2007, pelo então presidente Lula, no início do seu segundo mandato, trouxe para a pauta federal a questão do desenvolvimento nacional, após décadas de abandono da temática (desde o final do regime militar).

O governo federal visava criar um ambiente favorável para a aceleração do crescimento da economia, com aumento de emprego e renda e redução das desigualdades sociais e regionais. O PAC pretendia a elevação dos investimentos públicos e privados através de uma série de medidas: aumentar o crédito e reduzir as taxas de juros; melhorar o ambiente de investimento; aperfeiçoar o sistema tributário; adotar medidas fiscais de longo prazo e investir em infraestrutura (logística, energética, social e urbana). A previsão inicial era investir R\$ 503,9 bilhões no período de 2007 a 2010.

O lançamento do PAC, somado a rara convergência dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) após décadas de disputas, possibilitou a captação de recursos para uma grande, profunda e rápida intervenção no Complexo do Alemão. O PAC Complexo do Alemão foi a intervenção que demandou o maior investimento e complexidade entre os 785 contratos firmados dentro da linha Urbanização de Favelas no país. Orçado inicialmente em aproximadamente 500 milhões de reais, o valor final praticamente dobrou ao longo das obras.

O governo federal financiou a maior parte dos investimentos no complexo. O governo estadual, principal protagonista, atuou na abertura e alargamento de vias de acesso as estações do teleférico, na construção das estações do teleférico, de espaços públicos no entorno (e, posteriormente, os edifícios das UPPs), infraestrutura e equipamentos urbanos, na remoção e realocação da população e na reurbanização e transformação na ocupação e uso do solo (de industrial e comercial para residencial e serviços) na Estrada do Itararé (até então, uma espécie de “cemitério de fábricas). Enquanto a prefeitura foi protagonista nas favelas Joaquim de Queiroz e Nova Brasília, onde houve a concentração das ações em determinados espaços.

As políticas de urbanização, na maior parte das vezes, procuram remover o mínimo possível de moradias com o intuito de reduzir ao máximo os gastos com indenizações ou construções de unidades habitacionais. No PAC Complexo do Alemão houve justamente o contrário. Ocorreu a remoção de milhares de moradias em áreas e pontos estratégicos no interior do complexo (como no Morro do Alemão e Morro das Palmeiras, figuras 2 e 3, respectivamente). A questão financeira não foi um problema.

No projeto inicial do PAC previa-se a remoção de 10% das moradias do complexo (2.075 de um total de 21.048). No entanto, as fortes chuvas de abril de 2010 e obras complementares aumentaram a previsão inicial em mais de mil unidades. No período de 2008 a 2012 foram investidos R\$ 143,5 milhões na construção e aquisição de 3.031 moradias e, mesmo assim, ainda 1402 famílias aguardam uma moradia.

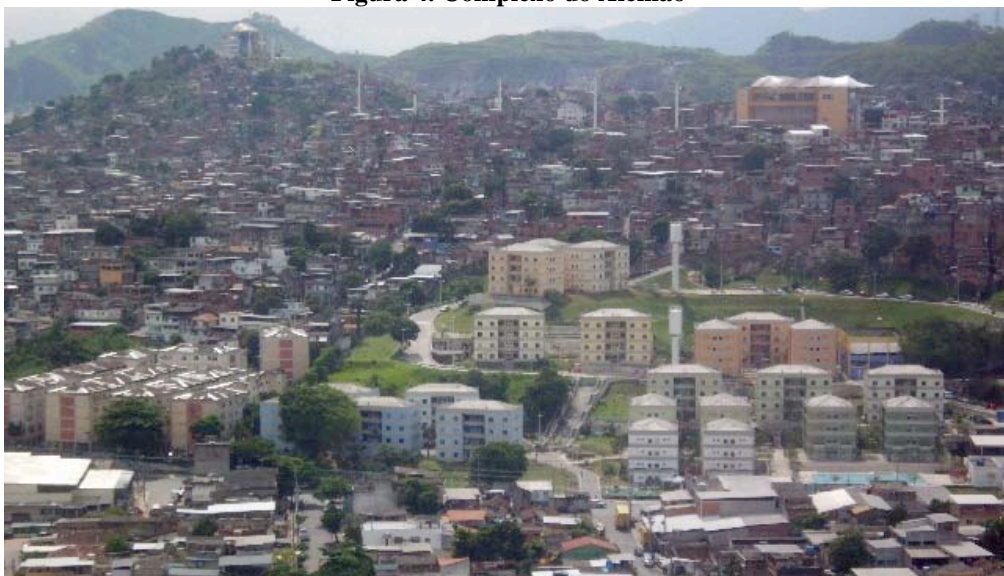
Do Morro do Adeus é possível observarmos o maior conjunto habitacional construído pelo PAC Complexo do Alemão para suprir uma parcela das famílias removidas e duas estações de teleférico (figura 4).

Figuras 2 e 3. Áreas removidas para as obras do PAC



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 4. Complexo do Alemão



Fonte: Arquivo do autor, 2013.

A importação do teleférico da cidade colombiana de Medellín significou a introdução de um novo meio de transporte de massa no país. Foram investidos mais de R\$ 250 milhões (mais de US\$ 100 milhões) na implantação do teleférico no Complexo do Alemão. Nunca uma favela havia sido contemplada com equipamento urbano que envolvesse tamanho investimento e complexidade. Ao contrário do que ocorreu em Medellín, a importação do modelo desconsiderou a viabilidade econômica do sistema e os fluxos de deslocamento realizados pelos moradores.

A integração física, um dos objetivos do projeto, através do alargamento e construção de vias de circulação interna não foi concluída, apesar da introdução da conexão (interna e externa) via teleférico. Na Joaquim de Queiroz, por exemplo, apenas a entrada principal da favela foi alargada e o comércio de um dos lados removido. Atualmente a área serve de estacionamento. Já na Rua Sete de Setembro, as moradias de um lado da rua foram removidas, mas até o momento a via não foi alargada. Agora há entulho da demolição, que não foi devidamente retirado, com o acúmulo de lixo e automóveis estacionados no local. As vias de acesso às estações do teleférico (e as futuras instalações das Unidades de Polícia Pacificadora) mereceram atenção especial durante o PAC.

A implantação de Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), Clínicas da Família, do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) possibilita a redução dos déficits nas áreas da educação e saúde na RA e bairro com o pior IDH da cidade. A localização de equipamentos urbanos na Estrada do Itararé permite a utilização dos serviços pelos moradores do complexo e dos bairros do entorno. Em vez de segregar, a UPA e o C.E. Jornalista Tim Lopes possibilitam o encontro e a prestação de serviços essenciais para a população do complexo e da região.

A implantação de um espaço de inclusão digital e do primeiro cinema no interior de uma favela no país possibilita acesso a lazer e informação para milhares de pessoas. Porém, o complexo ainda é carente de espaços de lazer. A implantação do Parque Municipal da Serra da Misericórdia (previsto no PDUCMA e no projeto do PAC não saiu do papel e atualmente conta com recursos da CAIXA para a sua concretização) poderá reduzir esse déficit futuramente.

Apesar da implantação do Canteiro Social, a população não participou da tomada das decisões e as lideranças locais foram cooptadas. A escolha da alocação dos recursos e das obras foi planejada de cima para baixo e de fora para dentro não priorizando as demandas dos moradores locais. Algumas favelas não foram beneficiadas diretamente pelo PAC acentuando as diferenças internas existentes no interior do complexo.

Algumas obras foram parcialmente executadas e outras não saíram do papel. O que não resultou na redução do orçamento inicial. Pelo contrário, o projeto pouco a pouco sofreu reajustes e no final das contas houve um substancial aumento. A previsão inicial de conclusão das obras no começo de 2011 extrapolou os prazos e no final de 2013 ainda esperava-se por recursos complementares para concretizar, melhorar ou refazer obras previstas no projeto original.

No geral, a demanda da população continua grande e a infraestrutura e os serviços são precários na maior parte das vezes. Em algumas áreas houve piora na quantidade e

qualidade dos serviços de energia elétrica e água, por exemplo, devido a falhas e problemas na concepção e ou execução dos projetos. Os valores cobrados são considerados elevados por uma parcela significativa de moradores e, em alguns casos, apresentam erros grosseiros.

Segundo moradores que trabalharam na execução das obras do PAC, o material utilizado foi de baixa qualidade e algumas obras foram aceleradas para cumprir datas de entrega como, por exemplo, datas de inaugurações previamente agendadas. No geral, os moradores se queixam da qualidade da obra, que já carece de manutenção em determinadas áreas e pontos.

Após a implantação do PAC, há a necessidade da melhoria dos serviços de educação e saúde e maiores possibilidades de emprego e renda. O déficit ainda é elevado, o que contribui para uma visão pessimista e a indignação dos moradores em relação às obras, apesar dos avanços em determinadas temáticas, áreas e pontos, mesmo que parcial.

A PACificação do Complexo do Alemão

Ao analisarmos o projeto do PAC Complexo do Alemão é possível encontramos aspectos inovadores e a repetição de políticas públicas passadas. Porém, a principal questão envolvendo o projeto transcende a questão do teleférico (equipamento urbano que demandou uma parcela significativa dos recursos e serviu de justificativa para a realização de diversas intervenções espaciais no complexo). Podemos nos indagar o que levou o governo a investir tamanha quantidade de recursos no Complexo do Alemão? Qual a sua relação com a imagem da cidade?

O Complexo do Alemão não está localizado em uma área de grande interesse do capital fundiário e imobiliário. Porém, encontra-se próximo de importantes vias de circulação terrestre (Avenida Brasil, Linha Amarela, Linha Vermelha e uma quantidade expressiva de vias de importância regional e local, além de ramais do metrô e trem) que conectam diferentes pontos e áreas da cidade e a entrada e saída para outros municípios. E possui rápido e fácil acesso aos meios de transporte marítimo (na Baía de Guanabara) e aéreo (Aeroporto Internacional Tom Jobim). A posição estratégica na cidade certamente é um dos fatores que contribuíram para a implantação do PAC no Complexo do Alemão, mas não o único e sequer o principal.

A insegurança pública tornou-se uma marca negativa do Rio de Janeiro nas últimas décadas devido ao avanço do tráfico de drogas. Em diversos momentos as ações planejadas e concretizadas por lideranças e membros do Comando Vermelho (CV), em especial, criaram, potencializaram e/ou amplificaram a sensação de medo na cidade.

Ao longo das últimas décadas o conjunto de favelas que formam o Complexo do Alemão tornou-se uma espécie de QG e fortaleza do CV. Os criminosos consideravam o território intransponível devido a morfologia do terreno, o tamanho da região, a grande quantidades de entradas, saídas e esconderijos, a quantidade de “soldados” e o poder bélico presente nas mãos dos traficantes. A combinação desses fatores torna difícil o avanço do aparelho de segurança do estado, salvo em grandes operações, que historicamente ingressam e abandonam o complexo com a mesma rapidez.

Na mídia local, regional, nacional e internacional o Complexo do Alemão estava intimamente associado a questão da violência. Os efeitos das ações dos criminosos contribuíram para a degradação da região onde está inserido o complexo a partir da segunda metade dos anos 1980. Importantes indústrias e galpões encerraram suas atividades no local devido, em parte, ao aumento da violência. O que valeu a região o apelido de “cemitério de indústrias”. Nos anos 1990 tornou-se a região da cidade com a maior taxa de homicídios, sendo comparada a “Faixa de Gaza”. Em 2000, segundo dados do IBGE, a Região Administrativa do Complexo do Alemão foi considerada o pior lugar para se viver no Rio de Janeiro, entre todas as RAs da cidade.

A recente e rara convergência de interesses políticos nos três níveis de governo (Lula/Dilma; Cabral e Paes) possibilitou a aplicação de uma quantidade significativa de recursos no Rio de Janeiro. A disponibilidade de recursos permitiu vislumbrar a concretização da essência dos planos estratégicos traçados na Era Cesar Maia: tornar a cidade competitiva para a atração de capital. O desejo de sediar megaeventos, como os esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos de 2016), torna-se viável.

Porém, uma das condições para a conquista dos megaeventos foi o compromisso da redução da insegurança pública. Para atingir tal objetivo o Estado planejou agir na região mais violenta da cidade, no QG e fortaleza do Comando Vermelho. Como norte, o poder público se baseou na experiência considerada de sucesso e difundida internacionalmente de Medellín (nas Comunas 1 e 2), onde houve forte redução das taxas de homicídios. Por diversas vezes o governador e o secretário de segurança se referiram as intervenções concretizadas nessa cidade em seus discursos públicos.

O PAC no Complexo do Alemão guarda em sua origem não apenas aspectos de urbanização e mobilidade, mas e, sobretudo, de segurança pública. O objetivo é o controle do espaço. O que explica as amplas remoções realizadas nas partes mais elevadas e a preocupação com o alargamento das principais vias de acesso, sob a justificativa da instalação das estações do teleférico.

Em 2008 iniciaram as obras e o que denominamos de PACificação, depois da desastrosa intervenção do Estado no ano anterior⁶. Inicialmente, o governador e o secretário de segurança fizeram uma série de ameaças aos traficantes através de seus pronunciamentos na mídia. Caso houvesse qualquer tentativa de intervenção no andamento das obras por parte dos criminosos o poder público realizaria uma megaoperação no complexo. Porém, na prática houve uma espécie de acordo. O Estado não utilizou o aparelho de segurança para a repressão do tráfico de drogas na região e os traficantes locais não realizaram ações que colocassem em xeque a sensação de segurança. Assim, as obras e as ações dos traficantes transcorreram sem grandes e graves problemas.

Porém, em áreas estratégicas da cidade do Rio de Janeiro – de interesse do capital imobiliário (zona sul e grande Tijuca), entorno dos equipamentos esportivos e principais vias de acesso e circulação aos locais dos eventos – as ações do tráfico de drogas foram reprimidas através da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

⁶ Alvarenga Filho, 2010.

O objetivo das UPPs declarado pelo poder público é recuperar os territórios dominados pelo tráfico de drogas e aumentar a sensação de segurança na cidade. A presença de um grande efetivo de policiais nas favelas com UPPs obrigou o tráfico de drogas a reestruturar suas práticas, reduzindo o uso de armas de fogo de grande calibre (fuzis, metralhadoras, etc.) e ações que resultam na sensação de medo (por exemplo, o barulho produzido por disparos de armas de fogo e os casos de “balas perdidas”).

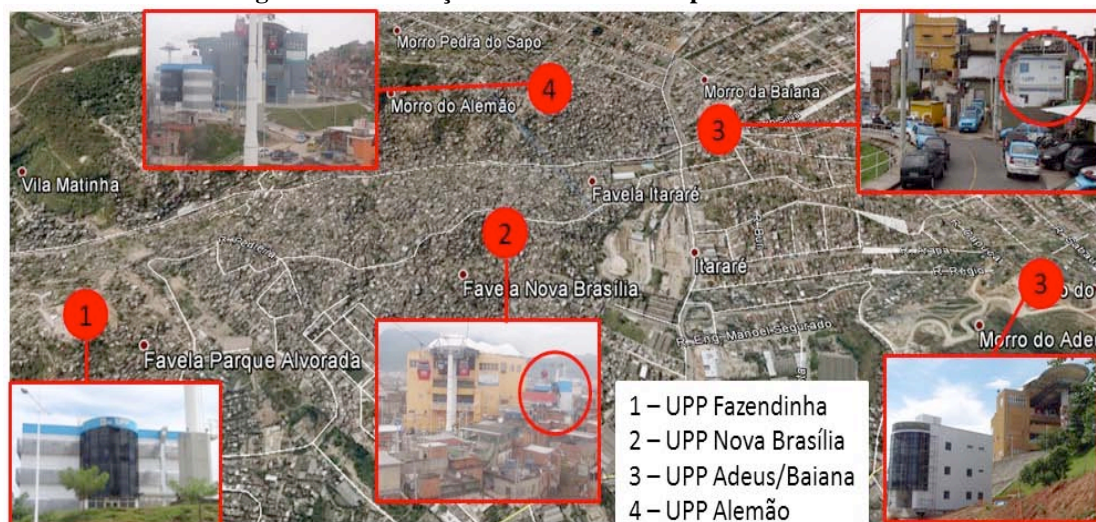
Muitos traficantes fugiram das favelas em que foram implantadas UPPs e se refugiaram em outras favelas da mesma facção na capital, na região metropolitana e no interior do estado. O Complexo do Alemão foi um dos destinos de muitos traficantes “refugiados das UPPs” em virtude da tranquilidade resultante da PACificação.

A “onda de violência” no final de novembro de 2010, devido a transferência de lideranças do Comando Vermelho para presídios de segurança máxima fora do estado e a expansão das UPPs, planejada por lideranças do Comando Vermelho, com destaque para os líderes do tráfico de drogas no Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, pôs fim ao acordo vigente desde o início de 2008.

Naquele momento o Estado do Rio de Janeiro não possuía tropa e equipamentos adequados para uma grande intervenção no Complexo do Alemão, que se mostrou imprescindível após a transmissão em rede nacional da fuga de dezenas (talvez centenas) de traficantes da Vila Cruzeiro para o complexo. As Forças Armadas foram solicitadas e no início do domingo 28 de novembro de 2010 (em conjunto com as policiais civil, militar e federal) ocuparam o Complexo do Alemão⁷.

A Força de Pacificação, formada por militares, permaneceu no complexo até a instalação de quatro UPPs no local em meados de 2012⁸. As UPPs foram implantadas estrategicamente ao lado das estações dos teleféricos, nas partes mais elevadas do complexo (figura 5). Dentro do espaço concebido e produzido pelo Estado através do PAC no Complexo do Alemão.

Figura 5: Localização das UPPs no Complexo do Alemão



Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor), 2013.

⁷ Duarte, 2012.

⁸ Lima, 2012.

Antes das obras do PAC o acesso, deslocamento e a permanência no interior do complexo eram extremamente difíceis para o aparelho de segurança do estado. A intervenção do PAC em áreas e pontos estratégicos melhorou e facilitou o deslocamento e a permanência do policiamento no complexo.

Atualmente, o número de policial por morador é extremamente elevado. São mais de mil policiais para cerca de 70 mil habitantes. O que torna o Complexo do Alemão a região (ou uma das regiões) mais vigiadas e controladas da cidade. As UPPs concretizam a lógica de controle, vigia e disciplina presente na origem do projeto do PAC.

Consequências do processo de PACificação

As ações, com destaque para as de segurança pública, reduziram a violência. Houve o aumento do dinamismo do mercado imobiliário e a elevação dos preços dos imóveis nos bairros do entorno e nas favelas mais atingidas pelas obras, segundo corretores de imóveis que atuam há décadas na região e lideranças locais. O comércio no entorno e no interior das maiores favelas tornaram-se receptores de importantes redes varejistas.

As estações do teleférico e as UPPs, imponentes na paisagem, marcam a presença do Estado na região (as estações do teleférico são visíveis na região do entorno e em importantes vias de circulação da cidade, como as linhas Amarela e Vermelha).

O avanço do processo de pacificação possibilitou a transformação do Complexo do Alemão em espaço de consumo. A inauguração do teleférico permitiu o rápido deslocamento não apenas de moradores, mas também de turistas nacionais e internacionais, que buscam conhecer o teleférico, outras paisagens da cidade (fugindo dos tradicionais cartões postais) e os cenários dos conflitos na região transmitidos e explorados pelos meios de comunicação.

O local tornou-se cenário da novela *Salve Jorge* em horário nobre, na principal emissora de televisão do país, no final de 2012. A visibilidade midiática da novela atraiu os olhos e a curiosidade de milhões de telespectadores para o complexo. Milhares de pessoas da cidade e do país visitaram o local com o objetivo de conhecer os cenários da novela. Por outro lado, o modo de agir de alguns turistas revela-se constrangedor para uma parcela dos moradores.

A valorização imobiliária, o ingresso de franquias e a presença de turistas estão fortemente condicionados à questão da segurança pública no local. O desenvolvimento desses setores e atividades pressupõe o controle e a manutenção de índices relativamente baixos de criminalidade no Complexo do Alemão.

Conclusão

Em sua fala durante a inauguração do teleférico, no dia 07 de julho de 2011, o governador Sérgio Cabral lembrou a visita a Medellín (que realizou na companhia do secretário de segurança, em 2007). Onde presenciou a transformação de uma área degradada, violenta e estigmatizada da cidade em uma área turística, com infraestrutura, equipamentos, espaços públicos e forte redução da taxa de homicídios. Se Medellín

conseguiu reduzir as taxas de homicídios, por que o Rio de Janeiro não pode? Se Medellín se tornou um exemplo bem sucedido de intervenções urbanísticas, por que o Rio de Janeiro não pode? Essas duas frases impactam diretamente na imagem da cidade.

Nesse contexto, a transformação da área mais violenta e eleita o pior lugar para se viver no Rio de Janeiro nas últimas décadas deixa de ser um grande problema e torna-se uma grande oportunidade. A escolha do Complexo do Alemão para receber o projeto mais caro e complexo nas favelas no PAC transcende a justificativa de melhorarias para a população local e evidência componentes de controle, vigilância e disciplina no e do espaço com o objetivo de projetar a cidade em nível nacional e, sobretudo, internacional.

Para a concretização do projeto do PAC Complexo do Alemão mais de 10% das moradias – localizadas em pontos e áreas estratégicas – foram removidas. As construções nos topos dos morros deram lugar a amplos espaços públicos e instalações do teleférico e das UPPs. O teleférico e a sua localização não foram definidas a partir da viabilidade econômica e da demanda dos moradores locais. A construção e alargamento seletivo de determinadas vias, em detrimento de outras, atende, primeiramente, ao interesse do acesso e deslocamento até pontos e áreas estratégicas (como as instalações das UPPs).

Contudo, a paz no cotidiano dos moradores do conjunto de favelas que formam o complexo tem se revelado um grande desafio em virtude das ações promovidas pelos traficantes locais. O que mostra a dificuldade e complexidade que envolve o controle do território pelo Estado no local. Retrocessos na política de segurança pública na região podem inviabilizar avanços alcançados e significar a perda de conquistas obtidas. Outro problema extremamente relevante é a ausência ou precariedade de políticas sociais e econômicas no complexo (prometidas pelo poder público no lançamento do PAC e após a ocupação em novembro de 2010).

Bibliografia

ALVARENGA FILHO, José. *A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça. Não tem coração que esqueça”*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BRASIL. *Urbanização de Favelas: a experiência do PAC*. Brasília, 2010.

CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado “Modelo Barcelona”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2007, vol. XI, núm. 233. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-233.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLÍMPIADAS. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. <<http://comitepopulario.wordpress.com>>. [data Maio 2013].

DÁVILA, Julio (org.). *Movilidad urbana & pobreza: aprendizajes de Medellín y Soacha*, Colombia. The Development Planning Unit: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

DUARTE, Mário Sérgio. *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34^a ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2^a ed. – São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. 2^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Carlos. *Força de pacificação: os 583 dias da pacificação dos complexos da Penha e do Alemão*. Rio de Janeiro: Agência 2A Comunicação, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar, BIENESTEIN, Glauco, SÁNCHEZ, Fernanda (orgs). *O Jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

PEREIRA, Luiz Antônio. *A produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo do Morro do Alemão*. Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Marcelo. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

UPP. *Unidade de Polícia Pacificadora*. < www.upprj.com >. [01 Abril 2014].

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: Arantes, Otília, Vainer, Carlos, Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6^a ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.